



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

ATA Nº 2/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente, Paulo Manuel Lopes dos Santos, coadjuvado por Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto, como primeira secretária, e Bruno Filipe Martins Miranda como segundo secretário, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória com a seguinte *ORDEM DE TRABALHOS*

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 19 de dezembro de 2025.
2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal do dia 12 de janeiro de 2026 – (Eleição do Presidente da CCDR Centro).
3. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

4. Para conhecimento: – Documento do Sr. Vereador Carlos Sousa.
5. Para conhecimento: – Relatório de Atividades 2025, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sátão.
6. Para conhecimento: – Três declarações emitidas nos termos do artigo 15º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro: Pagamentos em atraso; Recebimentos em atraso; Compromissos Plurianuais.
7. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.
8. Proposta de Adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais.
9. Discussão e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.
10. Discussão e votação da proposta de atribuição de formas de apoio às Juntas de Freguesia do Concelho para o ano de 2026.
11. Discussão e votação da proposta de alteração da verba a atribuir aos Autos de Transferência celebrados com as Juntas de Freguesia, reforçando-a em 35%.
12. Discussão e aprovação, do Mapa de "Demonstração do Desempenho Orçamental", do exercício de 2025, e Aprovação da Alteração Modificativa (Revisão) nº 1 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.
13. Discussão e votação da Alteração ao Regulamento da Estrutura Interna Organizativa dos Serviços do Município de Sátão e respetivo Organograma e Mapa de Pessoal.
14. Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do Concelho: autorização de celebração de contratos interadministrativos e aprovação das minutas dos contratos; autorização de celebração dos Autos de Transferência e aprovação das respetivas minutas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

15. Designação de 5 (cinco) cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Concelho Municipal de Segurança, em cumprindo o disposto na alínea j), do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.
16. Eleição de um representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, de acordo com a alínea i), do artigo 41º, da Lei nº 27/2006, de 03 de Junho alterada pela Lei nº 80/2015, de 03 de agosto.
17. Eleição de um representante de cada Força Política e de um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Trânsito, conforme o disposto nas alíneas e) e f), do artº 21º, do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Sátão.
18. Eleição de um representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.
19. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal da Educação, conforme o disposto na alínea d), do artº 5º, da Lei nº 41/2003, de 22 de agosto.
20. Designação de dois representantes das Junta de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com a alínea b), do nº 3, do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, na redação atual.
21. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, conforme o disposto na alínea d), do nº 2, do artº 154º, do Decreto-Lei nº 338/2001, de 26 de dezembro.
22. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
23. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas nove horas e trinta e dois minutos, deu início à sessão, procedendo de imediato à Tomada de Posse do Sr. Deputado José Mário Rodrigues dos Santos de Sousa, por Renúncia ao Mandato de Luiz Claudio Reis da Silva. Para este efeito foi lavrado o Termo de Posse que depois de lido e assinado constitui o **anexo 1** à presente ata, fazendo dela parte integrante.

Posto isto, a sessão seguiu os seus trâmites.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Carlos Sousa; António José Carvalho.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Vaz, também esteve presente.

Estiveram presentes:

O Sr. Presidente da Assembleia: Paulo Manuel Lopes dos Santos

A 1ª Secretária da Assembleia: Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto

A 2ª Secretária da Assembleia: Bruno Filipe Martins Miranda

Os Membros: Gonçalo Rui Martins Magalhães, Sandra Almeida Cravo Fonseca, Rui Miguel Loureiro Cabral, António Carlos Rodrigues, Adília Gomes Ferreira Mesquita, Rosa Maria Saraiva Simões, Hélder José de Jesus Vaz, Tiago André Cardoso Figueiredo, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Maria Isabel Jesus de Sousa, João Luís Cid Correia Carvalho, José Mário Rodrigues Santos Sousa, Joaquim José Cruz Afonso Albuquerque, Patrícia Alexandra de Aparício Ramos, José Luís Correia de Almeida, João Carlos Moreira de Andrade Matos de Albuquerque, Carina Celeste Alves Pinto.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: Albano Coelho da Encarnação – Avelal; Marcelo Morgado Rodrigues – Ferreira de Aves; Aníbal Gomes de Almeida Ceia – Mioma; Hélder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Alexandre Almeida Baptista – Rio de Moinhos; Manuel António Pina Lopes – São Miguel de Vila Boa; Alberto Francisco da Silva – Sátão; João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador – Silveira de Cima; David Micael Mota Tavares – Águas Boas e Forles; Belarmino Pereira Leitão – Romãs, Decermilo e Vila Longa

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos membros que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência de Ângela Santos Marques, tendo sido substituída por José Maria dos Santos Reis.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 19 de dezembro de 2025.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Adília Mesquita.

Adília Mesquita: Referiu que, na página 6, aquando da votação no ponto 5 da ata em discussão, ela absteve-se. Por isso solicitou que a sua abstenção estivesse ali refletida.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, aceitou a solicitação da Sr^a Deputada Adília Mesquita. De seguida, depois de determinar que correção solicitada fosse efetuada, colocou a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 19 de dezembro de 2025 à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 27 (vinte e sete)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 3 (três)

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal do dia 12 de janeiro de 2026 – (Eleição do Presidente da CCDR Centro).

Presidente da Assembleia: Colocou o Ponto dois da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Não houve inscrições

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, colocou a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal do dia 12 de janeiro de 2026 – (Eleição do Presidente da CCDR Centro) à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 2 (duas)

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

3. Leitura de correspondência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Deu conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida desde a última reunião ordinária, colocando-a à disposição dos senhores deputados para consulta.

Inscrições: Não houve inscrições.

Ainda no período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Abriu as inscrições para as intervenções dos Srs. Deputados.

Inscrições: José Mário Sousa; Gonçalo Magalhães.

José Mário Sousa:

*«Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante elementos da mesa,
Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmº as Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Exmos Senhores Presidentes de Junta
Ilustres convidados,
Caras e caros Satenses.*

Em primeiro lugar os meus respeitosos cumprimentos a todos.

Antes de umas breves palavras gostaria aqui publicamente reconhecer a forma como me senti recebido, acolhido durante toda a campanha eleitoral nas autárquicas 2025, a forma respeitosa e sempre com sorriso na cara de todos os intervenientes nas diversas ações de campanha pelas ruas do Sátão, nas mais diversas ações de campanha mas com especial relevo para o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Santos, Exmº Senhor Presidente de Câmara, Dr. Alexandre Vaz, Senhor Vereador, Cmdt Carlos Sousa e também do cabeça de lista do PS na altura e agora Vereador, Prof. Tozé Carvalho, aqui o meu reconhecimento não desfazendo dos restantes.

É com profundo sentido de honra, responsabilidade e humildade que hoje tomo posse como Deputado pelo CHEGA na Assembleia Municipal de Sátão em modo de substituição após a renúncia de mandato do camarada Luís Cláudio Silva.

Assumo este compromisso consciente da minha inexperiência na área política, mas que não será impedimento para exercer o meu mandato. Mas também consciente da história, da identidade e da força das nossas gentes. Sátão é terra de trabalho, de tradição, de resiliência e de esperança de um futuro melhor. Cada freguesia, cada associação, cada instituição social, cultural e desportiva, cada empresa e cada família representam o verdadeiro património do nosso concelho.

A Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador e deliberativo por excelência do poder local. É aqui que se discute, se fiscaliza, se propõe e se decide. É aqui que a pluralidade de ideias deve ser encarada não como obstáculo, mas como riqueza democrática. Comprometo-me a exercer este mandato com espírito construtivo, sentido crítico responsável e total dedicação ao interesse público fazendo parte das soluções e não dos problemas.

O poder local democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa, é uma das maiores conquistas do Portugal contemporâneo. Desde as primeiras eleições autárquicas após o 25 de Abril que os municípios assumem um papel central na melhoria da qualidade de vida das populações. Cabe-nos honrar esse legado, trabalhando com transparência, proximidade e rigor.

Enquanto deputado municipal, defenderei:

- *Uma gestão responsável e sustentável dos recursos públicos: questionando, propondo;*
- *A valorização das nossas freguesias e instituições: reconhecendo, parabelizando, propondo ideias e apoiar nesta assembleia as suas necessidades a prol dos nossos cidadãos;*
- *O apoio às famílias, aos jovens e aos idosos fazendo propostas nesta assembleia reforçando o apoio aos nossos cidadãos mais vulneráveis*
- *A promoção da educação, da cultura e do associativismo;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

• *A coesão territorial e a fixação de população e empresas no concelho, que certamente será das tarefas mais difíceis que este executivo tem tido pela frente, penso eu; e*

• *O cumprimento das promessas feitas pelo executivo na campanha eleitoral.*

Mas mais do que promessas, trago comigo um compromisso, com consciência da representatividade do CHEGA nesta Assembleia, mas também tenho consciente que para escrutinar, propor, validar, concretizar, ouvir em prol dos nossos Satenses basta apenas um. Por isso o meu compromisso maior é Ouvir os cidadãos, ouvir as instituições, ouvir os colegas desta Assembleia, Presidentes de junta independentemente da sua filiação partidária. Porque servir Sátão está acima de qualquer interesse individual ou partidário. Vivemos tempos exigentes. Os desafios demográficos, económicos e sociais colocam-nos à prova. No entanto, acredito firmemente que, com visão estratégica, diálogo e cooperação institucional de todos entre esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, conseguiremos construir um concelho melhor mais dinâmico, mais justo e mais preparado para o futuro em que todos nós aqui neste salão temos um papel importantíssimo.

Quero também deixar uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que, ao longo dos anos, serviram esta Assembleia e contribuíram para o desenvolvimento do nosso município, pois o seu trabalho é inspiração e responsabilidade acrescida para quem agora inicia funções como eu. Assim como parabenizar todos os que de alguma forma permitiram a realização do sufrágio último das eleições Presidenciais de forma democrática, empenhada e responsável realçando, e não desfazendo de ninguém, o apoio da Dr^a Alcina a todos os elementos de mesa de voto.

Assumo este mandato com determinação, sentido de dever e total disponibilidade para trabalhar em prol da nossa terra, terra que adotei e que me adotou para viver. Que possamos dignificar esta instituição e reforçar a confiança dos cidadãos na política de proximidade.

Termino reafirmando: estarei sempre ao lado das soluções, de um Sátão melhor e principalmente dos Satenses.

O meu muito obrigado a todos, com votos de um bom mandato.

Viva a Democracia, viva o Sátão e viva Portugal.»

Presidente da Assembleia: Dirigindo-se ao Sr. Deputado renovou os votos de um bom mandato, referindo que aquela Assembleia também contava com ele, porque, estando ali todos pelo Sátão, todos eram poucos.

Gonçalo Magalhães: Depois de cumprimentar todos os presentes, destacando que o Grupo do PS não estava ali para complicar, fez um reparo sobre a Convocatória, referindo que tivessem atenção relativamente ao seu envio, pois, desta vez, a segunda Convocatória para a presente sessão não respeitou o prazo estipulado no Regimento. Por isso, recomendou que aquele reparo fosse tido em conta aquando da expedição das futuras Convocatórias. Mudando de assunto, começou por dizer que a campanha eleitoral Autárquica já tinha terminado há algum tempo, não compreendendo a razão pela qual ainda havia tanto ruído/poluição visual de duas Forças Políticas, espalhada pela Vila e por algumas Freguesias. Por isso, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que diligenciasse, junto das Forças Políticas ali representadas, a sua retirada, pois já dava mau aspeto.

Presidente da Assembleia: Referiu que de facto já era tempo de estar tudo retirado, a respeito da campanha Autárquica. Quanto ao não cumprimento do prazo no que respeita ao envio da segunda convocatória, enfatizando que a primeira tinha saído atempadamente, disse que lhe tinha sido transmitido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal que, devido à sua importância, havia necessidade de discutir os assuntos acrescentados na segunda convocatória, assuntos estes que surgiram no decorrer da reunião extraordinária da passada segunda-feira. Dito isto, e não havendo ninguém para intervir, passou ao ponto seguinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

III ORDEM DO DIA

4. Para conhecimento: – Documento do Sr. Vereador Carlos Sousa.

Presidente da Assembleia: Disse que com aquele documento, o Sr. Vereador Carlos Sousa estava a cumprir a obrigação de comunicar àquela Assembleia, bem como o fez à Entidade para a Transparência, que era Comandante do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Sátão, gratuitamente, isto é, não auferindo qualquer compensação monetária no exercício desse cargo. Feito o esclarecimento, colocou o assunto à discussão.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo inscrições, passou ao ponto que se segue.

5. Para conhecimento: – Relatório de Atividades 2025, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sátão.

Presidente da Assembleia: Referindo que também era uma obrigação daquele organismo dar conhecimento da sua atividade à Assembleia Municipal, evidenciou que embora, infelizmente, esta Comissão tem tido muita atividade e atividade de muita responsabilidade, tem desenvolvido um bom trabalho. Terminada a introdução do assunto, colocou-o à discussão.

Inscrições: José Mário Sousa.

José Mário Sousa: Interveio dizendo o seguinte:

«No relatório de atividades 2025 da CPCJ há que realçar alguns pontos:

- Redução dos processos, mas não deixam de ser preocupantes;*
- Parabenizar as forças de segurança e os estabelecimentos de ensino, que são as entidades que mais denunciam os casos à CPCJ. Os estabelecimentos de ensino são os mais atentos por aqueles seres inofensivos e que tanto precisam de todos nós para sua proteção;*
- Parabelezinar também toda a equipa multidisciplinar na pessoa da Srª Presidente, Drª Rute Almeida;*
- Solicitar ao Executivo Camarário uma atenção especial de forma a avaliar a possibilidade de colmatar a necessidade de recursos humanos na CPCJ uma vez que é uma necessidade resultante da exigência e complexidade destes processos.»*

Presidente da Assembleia: Não havendo mais intervenções, dirigiu-se aos elementos da CPCJ agradecendo-lhes a sua presença e desejou-lhes votos de continuação de bom trabalho, com o mesmo empenho e dedicação demonstrados até ao momento. Depois passou ao ponto seguinte.

6. Para conhecimento: – Três declarações emitidas nos termos do artigo 15º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro: Pagamentos em atraso; Recebimentos em atraso; Compromissos Plurianuais.

Presidente da Assembleia: Referindo que também aquele assunto era para conhecimento, depois de um curto comentário sobre cada uma das três declarações ali apresentadas, colocou o assunto à discussão.

Inscrições: Não houve.

Presidente da Assembleia: Como não houve inscrições, passou ao ponto seguinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

7. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.

Presidente da Assembleia: Após de uma breve abordagem do assunto, reiterando o que vem dizendo sobre ele nas sessões anteriores, colocou-o à discussão.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, passou ao ponto seguinte.

8. Proposta de Adesão à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Presidente da Assembleia: Começou por dizer que tal como havia a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, da qual a Câmara de Sátão fazia parte, e havia a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, da qual são membros as Juntas de Freguesia, também existia a ANAM – Associação Nacional de Assembleia Municipais, sendo a Assembleia Municipal de Sátão uma das poucas, a nível nacional, que ainda não fazia parte daquela Associação. Sabendo que nestes organismos quantos mais elementos houver, mais forças têm as suas reivindicações. Neste seguimento, o assunto vinha aquela Assembleia de modo que se possa dar início a uma possível adesão à ANAM. Para tal, o que ali era proposto era concordar com os Estatutos da ANAM e aceitar a quota respetiva, solicitando, de seguida, à Câmara Municipal um parecer positivo para essa adesão, comprometendo-se a efetuar o pagamento da quota, uma vez que a Assembleia Municipal não dispõe de autonomia financeira para tal. Dito isto, colocou o ponto oito à discussão.

Inscrições: Gonçalo Magalhães; José Mário Sousa.

Gonçalo Magalhães: Referindo que tinha várias perguntas para esclarecer, começou por perguntar há quantos anos já existia a ANAM. Segundo os estatutos, parecia-lhe que existia, pelo menos, desde 2017. Mencionando os estatutos, disse que, apesar de os ter lido, confessou não ter percebido o seu conteúdo. De seguida perguntou qual era a mais valia em aderir à ANAM, estando em causa uma quota de mais de mil e oitocentos euros anuais. Continuou fazendo as seguintes perguntas: “Quantos associados tem a ANAM? Quem é o Presidente da ANAM? Quem são os vice-presidentes? São remunerados ou não? Porque isto tem tudo custos. Não é só criar uma Associação, e agora vamos nós injetar dinheiro sem sabermos se há mais valias. É preciso perceber isto. Não têm Plano de Atividades. Pelo menos não existe. Eu não conheço!” Terminou dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, alertando para o facto de que, quando aquele assunto voltar àquela Assembleia para decisão final, este seja acompanhado dos dados que esclareçam as questões que ali apresentou.

José Mário Sousa: Disse o seguinte:

«No seguimento do que disse o camarada e deputado do PS, o CHEGA também não vê a necessidade em se associar a este órgão muito pouco claro e transparente no seu papel, pois os estatutos espremidos pouco resulta em qualquer representação necessária das Assembleias Municipais. Acho que o Exmº Presidente representará bem melhor esta Assembleia.

Já para não falar que não percebo a necessidade de os estatutos terem pontos como a compra e venda de imóveis sem consultar os associados.

Na minha opinião e da minha colega de bancada, não devemos contrair mais uma despesa, que é pouco clara no contributo que a Associação pode dar a esta Assembleia e a todos os órgãos que a constituem.»



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Retomou a palavra informando que todas as decisões da ANAM eram tomadas em sede de Congresso da mesma, à semelhança da ANMP e da ANAFRE. Continuando disse que o que iria ser votado era a recomendação à Câmara Municipal a aceitação dos Estatutos da ANAM e o pagamento da devida quota, para que, numa futura sessão, se assim o entendessem, votassem então a adesão àquela Associação. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que segundo informação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o que iam votar naquele dia era uma recomendação para que a Câmara aceite os Estatutos e assuma a despesa do pagamento da quota associada. Depois da deliberação da Câmara Municipal, o assunto voltará à Assembleia Municipal para decidirem se vão aderir ou não.

Presidente da Assembleia: Terminada a discussão deste ponto, colocou-o à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 17 (dezassete);

Votos contra: 2 (dois); - *Adília Gomes Ferreira Mesquita; José Mário Rodrigues Santos Sousa;*

Abstenções: 11 (onze);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Assim, foi deliberado por maioria, recomendar à Câmara Municipal de Sátão a Aceitação dos Estatutos da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM) e a assunção do compromisso de pagamento da quota anual correspondente à categoria do Município de Sátão, no valor de 1.881,82€ (mil oitocentos e oitenta e um euros e oitenta e dois cêntimos).

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

9. Discussão e Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia: Referiu que na anterior sessão da Assembleia Municipal, tinha sido entregue a cada um dos Srs. Deputados uma cópia do Regimento daquele Órgão para que, na sessão que estava a decorrer, fosse discutido e aprovado. Assim, desconhecendo se tinham reunido, ou não, para debater o conteúdo do documento, colocou o assunto à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo quaisquer propostas para alteração, correção ou melhoramento do Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs que vigorasse o Regimento aprovado para o quadriénio 2013-2017, alterado para o quadriénio 2021-2025. Esta proposta foi colocada à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, a proposta de manter em vigor o Regimento da Assembleia Municipal existente, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

10. Discussão e votação da proposta de atribuição de formas de apoio às Juntas de Freguesia do Concelho para o ano de 2026.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar este assunto à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referiu que o apoio do Município às Juntas de Freguesia era feito de três formas:

- . através dos Autos de Transferência, assunto que iria ser discutido no ponto seguinte, cuja verba tinham aumentado em 35%, para o corrente ano, e que se refere à Limpezas das vias e espaços público, sarjetas e sumidouros;

- . através dos Contratos Interadministrativos, que consistiam em delegar nas Juntas de Freguesia a execução de obras da Câmara Municipal, sendo o financiamento da Câmara Municipal;

- . através da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 7572013, de 12 de setembro. Este último ponto era o que estava ali em discussão e tinha a ver com uma verba que, com a autorização daquela Assembleia, a Câmara disporia para atribuir subsídios às Juntas de Freguesia, com a finalidade de estas realizarem obras da sua competência. Trazendo ali a proposta de aprovação daquele valor, permitia que a Câmara o gerisse da melhor maneira, evitando que, de cada vez que atribuisse um subsídio a uma Junta de Freguesia, ao abrigo da aludida alínea j), tivesse que solicitar autorização à Assembleia Municipal, o que traria transtornos e atrasos na concretização dos intentos das Juntas de Freguesia.

Inscrições: Gonçalo; Carlos Rodrigues.

Gonçalo Magalhães: Referindo que o Sr. Presidente já tinha explicado, conjuntamente, os postos 10 e 11, também ele falaria pelos dois pontos. Na sua opinião, pelo trabalho que as Juntas de Freguesia executam, pois são o Órgão de mais proximidade dos Cidadãos, estas deveriam ser contempladas com verbas a triplicar ou a quadruplicar relativamente àquelas que ali são apresentadas. Depois disse que gostava de perceber como era que a Câmara Municipal fazia a distribuição daquelas verbas. Sendo pelas áreas, parecia-lhe que havia um desfasamento entre as áreas das Freguesias e as verbas que lhes estavam adstritas. Considerando o número de habitantes e de habitações, também não seria justo, pois as Freguesias mais pequenas têm as mesmas carências das maiores. Dizendo que com os valores atribuídos às Freguesias mais pequenas seria muito difícil estas conseguirem governar-se, voltou a solicitar que o Sr. Presidente da Câmara explicasse quais eram os critérios que serviram de base àqueles cálculos.

Carlos Rodrigues: Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que o seu colega de bancada já tinha referido praticamente o que ele queria perguntar, pois também achava que era muito mais rentável um euro que se gastava numa forma de proximidade do que um euro de forma indireta. Referindo-se ao Sr. Vereador António José Carvalho, atualmente Vereador, que foi um acérrimo defensor dos aumentos das verbas a atribuir às Freguesias, enquanto foi Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

de Junta, perguntou como é que era aplicada a fórmula de cálculo para determinação das verbas a atribuir a cada Freguesia. Dizendo que se congratulavam com o facto de ter havido um aumento das verbas dos Autos de Transferência, sugeriu que a fórmula de cálculo dessas verbas fosse revista e atualizada.

Presidente da Assembleia: Dizendo que não seria fácil encontrar um critério que satisfizesse todos, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para resposta.

Presidente da Câmara: Disse que os critérios eram todos os que tinham nomeado, como área, número de Ruas, número de habitantes, número de habitações, e prometeu que, na próxima sessão de Assembleia Municipal trará uma lista com os critérios exatos. Depois reiterou tudo o que havia dito sobre os Contratos Interadministrativos e os Autos de Transferência. Sobre os autos de Transferência, voltou a dizer que tinham aumentado 35% para o corrente ano porque era o possível, no momento, e também porque todos os Srs. Presidentes de Junta se queixavam que a verba alocada era insuficiente.

Presidente da Assembleia: Feita a discussão da proposta de atribuição de formas de apoio às Juntas de Freguesia do Concelho para o ano de 2026, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, a proposta de atribuição de formas de apoio às Juntas de Freguesia do Concelho para o ano de 2026, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

11. Discussão e votação da proposta de alteração da verba a atribuir aos Autos de Transferência celebrados com as Juntas de Freguesia, reforçando-a em 35%.

Presidente da Assembleia: Mencionando que o Sr. Presidente da Câmara já tinha abordado este assunto no ponto anterior, perguntou se alguém necessitava de mais explicações ou queria intervir. Como ninguém se manifestou, deu continuidade à sessão.

Assim, feita a discussão da proposta de alteração da verba a atribuir Autos de Transferência celebrados com as Juntas de Freguesia, reforçando-a em 35%, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, a proposta de reforço, em 35%, da verba a atribuir Autos de Transferência celebrados com as Juntas de Freguesia, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

12. Discussão e aprovação, do Mapa de "Demonstração do Desempenho Orçamental", do exercício de 2025, e Aprovação da Alteração Modificativa (Revisão) nº 1 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Presidente da Assembleia: Colocou o ponto doze da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que aquela Revisão consistia em incluir o Saldo da Gerência de 2025 no Orçamento de 2026. Nesta inclusão uma grande parte, 4.250.714,83€, foi agregada a Despesas Correntes e, 3.167,391,00€ incorporadas nas Despesas de Capital. Nas Despesas de Capital, foram reforçadas as verbas alocadas a obras aprovadas no Orçamento anterior e também foram abertas rubricas para novas obras, como a "Eficiência Energética das Piscinas Municipais" e o "Parque Urbano". Colocando-se à disposição dos Srs. Deputados para esclarecimento de dúvidas, terminou a sua intervenção dizendo que, de uma forma muito resumida, aquela era a explicação do documento em discussão neste ponto.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, feita a discussão do Mapa de "Demonstração do Desempenho Orçamental", do exercício de 2025, onde se demonstra o apuramento do saldo da gerência de execução orçamental, e da Alteração Modificativa (Revisão) nº 1 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 20 (vinte);

Votos contra: 8 (oito) – *Gonçalo Rui Martins Magalhães; Sandra Almeida Cravo Fonseca; Rosa Maria Saraiva Simões; João Luís Cid Correia Carvalho; Patrícia Alexandra de Aparício Ramos; João Carlos Moreira de Andrade Matos de Albuquerque; Albano Coelho da Encarnação; Alberto Francisco da Silva;*

Abstenções: 2 (duas);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, foram aprovados, por maioria, o Mapa de "Demonstração do Desempenho Orçamental", do exercício de 2025, onde se demonstra o apuramento do saldo da gerência de execução orçamental, de acordo com o previsto na alínea I), do nº 2, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e a Alteração Modificativa (Revisão) nº 1 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, nos termos do disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º, do mesmo Diploma Legal.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

13. Discussão e votação da Alteração ao Regulamento da Estrutura Interna Organizativa dos Serviços do Município de Sátão e respetivo Organograma e Mapa de Pessoal.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar o ponto treze à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referiu que aquela alteração assentava, sobretudo, em três pontos:

1º Extinção da Unidade Orgânica Administrativa e Recursos Humanos (UARH), e criação de uma nova, a UD (Unidade de Desporto), que é retirado à anterior UCTDC (Unidade de Cultura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Turismo, Desporto e Comunicação), passando esta a denominar-se de UCTC (Unidade de Cultura, Turismo e Comunicação);

2º Acrescentar à UJC (Unidade Jurídica e Contencioso) a Proteção de Dados e Plano de Prevenção e Gestão de Riscos e Infrações Conexas (PPGR);

3º Criação do Gabinete das Freguesias (GF), a pedido dos Srs. Vereadores afetos ao PS, que dará apoio às Juntas de Freguesia; criação dos Gabinetes de Apoios ao Presidente (GAP) e o Gabinete de apoio aos Srs. Vereadores que, embora se encontrem a funcionar não estavam vertidos no Regulamento da Estrutura Interna Organizativa dos Serviços do Município de Sátão. Após esta breve explicação disse que estava à disposição para esclarecer todas as dúvidas ou questões sobre o assunto.

Inscrições: Carlos Rodrigues; Gonçalo Magalhães.

Carlos Rodrigues: Começou por dizer que o Organograma lhe deixava muitas dúvidas, pois criaram as três Divisões, mas ninguém a depender delas. Isto é, as Unidades deveriam depender das Divisões e isso não consta do Organograma. Dando como exemplo um recurso hierárquico, disse que era importante perceber que as Unidades dependem de certas Divisões. Como esta questão não consta daquele documento, disse que, na sua opinião o Organograma não estava apresentado de forma muito correta.

Gonçalo Magalhães: Disse que com aquelas alterações todas e com a criação da nova Unidade, a pergunta que tinha para fazer era se iria haver mais entradas de pessoal naquelas Unidades Orgânicas ou ia manter-se tudo igual: o mesmo número de colaboradores, mas alguns seriam (re)afetados a outras Unidades. Quanto ao Gabinete das Freguesias, referiu que esse apoio já deveria vir a ser feito há muito, pois embora agora os Srs. Vereadores do PS tenham falado dessa necessidade, ele próprio, no passado, tinha ali abordado esse assunto. No entanto felicitou o Executivo por esta abertura e aceitar a proposta e pela iniciativa na criação do dito Gabinete. Reiterou que era preciso perceber, também se a criação dessas novas Unidades iriam trazer mais despesa à Câmara Municipal, pois se fosse necessária a contratação de mais colaboradores ou a criação de mais chefias intermédias, era o que iria acontecer. Sendo 60% do orçamento para as despesas com os trabalhadores, achava que o Sr. Presidente deveria corrigir essa situação, pois era uma despesa muito elevada para uma Câmara como a do Sátão. Não tendo nada contra a criação de uma Unidade de Desporto independente, perguntou quantos trabalhadores estavam afetos a esta Unidade e se estes teriam capacidade, por exemplo, para fazerem a realização do Trail do Trábulo, reduzindo as despesas e contratações externas para levar a cabo o Evento.

Presidente da Câmara: Respondendo ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues, disse que as Unidades Orgânicas, tal como as Divisões, dependiam diretamente do Presidente. Referindo que o Organograma estava bem explícito nessa questão, disse que dentro das Divisões existiam vários serviços. E deu como exemplo a DPODL (Divisão de Planeamento, Ordenamento e Desenvolvimento Local) que, entre outros serviços, tinha a Fiscalização, a Agricultura e o Controle e Qualidade da Água, e a DGAH (Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos) que tinha os Recursos Humanos e o GAM. Repetiu que, como estava plasmado no Organograma, as Unidades Orgânicas não dependiam das Divisões, mas sim do Presidente. Em resposta aos Sr. Deputado Gonçalo, disse que embora tivesse sido criada uma nova Unidade, a de Desporto, tinha sido extinta a de Recursos Humanos. Ora, assim sendo, tudo se mantinha. Em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

relação à realização do Trail do Trábulo toda a organização já era efetuada pelos Técnico de Desporto. Por isso, a esse nível, a despesa também não aumentará. Quanto a ter de recorrer a empresas externas, disse que um Evento daquela envergadura tinha sempre situações que a Câmara não comportava, tendo de recorrer a empresas/plataformas especializadas para o efeito.

Carlos Rodrigues: Em relação ao Organograma disse que pesquisou várias situações e em todos os que viu havia Chefes de Divisão e Chefes de Unidade e as Unidades dependiam das várias Divisões. No entanto, era óbvio que o Sr. Presidente poderia colocar toda a gente da Câmara de Sátão a depender de si.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que o que as outras Câmara ou organismos faziam a ele não lhe dizia respeito, pois cada um é responsável pelos seus atos. Depois disse que os trabalhadores afetos às Unidades e às Divisões não dependiam do Presidente de Câmara, dependiam do Chefe de Unidade ou Chefe de Divisão. Quem dependia do Presidente eram os Chefes de Divisão e de Unidade. Terminou dizendo que, mesmo assim, sempre que algo correr mal, ou menos bem, dentro da Câmara Municipal, fora da Câmara, a culpa será sempre do Presidente da Câmara, mesmo que a não tenha, seja quem for o culpado.

Presidente da Assembleia: Terminadas as intervenções, feita a discussão da Proposta de Alteração ao Regulamento da Estrutura Interna Organizativa dos Serviços do Município de Sátão e respetivo Organograma, e da consequente Alteração do Mapa de Pessoal, este assunto foi submetido à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 19 (dezanove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 11 (onze)

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, alteração do Regulamento da Estrutura Interna Organizativa dos Serviços do Município de Sátão e respetivo Organograma, e a alteração do Mapa de Pessoal para 2026, foram aprovadas, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

14. Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do Concelho: autorização de celebração de contratos interadministrativos e aprovação das minutas dos contratos; autorização de celebração dos Autos de Transferência e aprovação das respetivas minutas.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar o ponto catorze à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que aquele assunto estava ali em discussão porque para que sejam efetivados os Contratos Interadministrativos e os Autos de Transferência, era necessária a autorização da Assembleia Municipal. Explicado todo o procedimento, disse que na próxima sessão viriam os Contratos e Autos das Freguesias que ainda não tinham entregado todos os documentos necessários para a celebração dos mesmos. Disse ainda que aqueles Contratos Interadministrativos e Autos de Transferência tinham a vigência de 4(anos), ou seja,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

tinham a duração do mandato. No entanto se alguma das partes pretender efetuar qualquer alteração, esta carecerá de nova autorização, sobretudo se tiver a ver com os valores adstritos.

Inscrições: Não houve inscrições.

Presidente da Assembleia Municipal: Não havendo ninguém para intervir, a Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do Concelho: autorização de celebração de contratos interadministrativos e aprovação das minutas dos contratos; autorização de celebração dos Autos de Transferência e aprovação das respetivas minutas, com as Juntas de Freguesia de Ferreira de Aves, Rio de Moinhos, São Miguel de Vila Boa, Sátão, Silvã de Cima e União das Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa, o assunto foi submetido à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que foi autorizada, por unanimidade, a celebração dos Contratos Interadministrativos e dos Autos de Transferência com as Freguesias e União de Freguesias do Concelho acima descritas, bem como aprovadas as respetivas Minutas.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

15. Designação de 5 (cinco) cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Concelho Municipal de Segurança, em cumprindo o disposto na alínea j), do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar este ponto à discussão disse comunicou que, relativamente aos pontos 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, tinha havido uma reunião entre os representantes das três Forças Políticas ali presentes que, com a finalidade de agilizar a reunião, decidiram apresentar uma proposta conjunta para cada um dos pontos elencados, podendo assim votar aqueles pontos de uma só vez, embora, na ata, conste cada ponto e a respetiva deliberação. Atendendo a que, para cada um dos assuntos, irão ser votados nomes de pessoas, e essa votação teria que ser efetuada por voto secreto, fazendo uma proposta onde todas as forças políticas estão de acordo, se todos os Srs. Deputados aceitarem, prescinde-se desse ato, ponto a ponto, votando-se uma só vez aquela proposta geral para os sete pontos indicados, onde constam as nomeações de cada elemento para cada ponto em particular. Neste seguimento propôs que se decidisse, primeiramente, se todos aceitavam aquela proposta, bastando a não aceitação de um membro para que se vote ponto a ponto. Assim colocou esta proposta à discussão.

Inscrições: Gonçalo Magalhães; Carlos Rodrigues.

Gonçalo Magalhães: Começou por dizer que, como o Sr. Presidente da Assembleia havia referenciado, antes de se iniciar aquela sessão, tinha havido uma reunião entre os três representantes das Forças partidária com assento naquele Órgão. Então, de forma a tornar aquele procedimento mais célere, concordaram em fazer uma lista única, pré-definindo os nomes de todos que iriam integrar os organismos mencionados em cada um dos pontos em questão, a qual entregaram ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Carlos Rodrigues: Disse que estavam ali a votar em pessoas e em listas completamente diferente, podendo concordar com uma lista e não concordar com outra. No entanto, se todos concordarem com a proposta do Sr. Presidente da Assembleia em votar-se aquela lista, não será por ele que não o farão. No entanto achava que deveriam ponderar a situação, até porque, por uma questão de Democracia, deveriam manter-se as regras. Ao quebrarem-se as regras parecia-lhe que a situação não ficaria muito correta. No entanto, se quisessem manter a proposta da lista conjunta, ele não levantaria problemas e concordaria.

Presidente da Assembleia: Referiu que a Democracia tinha sido respeitada embora o tipo de votação fosse alterado. Disse ainda que o problema que o Sr. Deputado ali focou, já ele o tinha levantado. Por isso mesmo, antes de avançar é necessária a votação, e que o resultado desta seja que aquela proposta era aceite, por unanimidade.

Miguel Cabral: Depois de ter solicitado o uso da palavra e este lhe ser concedido, feitos os habituais cumprimentos, dirigindo-se ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues disse que pensava que na sua bancada estavam todos alinhados. Informando que a reunião dos representantes partidários que aconteceu antes daquela sessão já tinha tido um prévio contacto telefónico no dia anterior, reiterou que pensava que estava tudo concertado com aquela bancada. No entanto, não querendo que um dia qualquer alguém se lembre de impugnar a corrente sessão da Assembleia Municipal, se não se chegar à convicta unanimidade, deverá efetuar-se a votação ponto a ponto, como transmitiu anteriormente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Carlos Rodrigues: Respondeu dizendo ao Sr. Deputado Miguel Cabral que não punha em causa o consenso que houve entre os partidos de forma Democrática. Apenas falou relativamente à votação de cada ponto. Terminou referindo que, obviamente estava concertado com a bancada a que pertencia.

Presidente da Assembleia: Depois de todas as intervenções, colocou à votação a proposta de aceitação do acordo estabelecido entre os três partidos com assento naquela Assembleia, relativamente à votação dos pontos 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, votando-os todos de uma vez só, embora cada ponto tenha lavrada em ata a respetiva minuta.

Feita a votação, a proposta de votação da lista conjunta para votação dos pontos em referência, foi aprovada por unanimidade, estando presentes 30 (trinta) membros na sala.

Dando continuidade à reunião, foram lavradas e lidas as Minutas dos pontos em questão.

Em relação ao ponto quinze, na eleição dos 5 (cinco) cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Concelho Municipal de Segurança, em cumprindo o disposto na alínea j), do artigo 4º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, foi eleita a Lista conjunta com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Neste seguimento, foram designados como representantes Municipais para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, os seguintes Membros da Assembleia Municipal de Sátão:

- *Hélder José de Jesus Vaz;*
- *Arlindo Jorge Sousa Ferreira;*
- *Sandra Almeida Cravo Fonseca;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

- *António Carlos Rodrigues:*
- *Adília Gomes Ferreira Mesquita.*

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

16. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, de acordo com a alínea i), do artigo 41º, da Lei nº 27/2006, de 03 de Junho alterada pela Lei nº 80/2015, de 03 de agosto.

Presidente da Assembleia: Na eleição de um representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, de acordo com a alínea i), do artigo 41º, da Lei nº 27/2006, de 03 de junho, alterada pela Lei nº 80/2015, de 03 de agosto, foi eleita a proposta conjunta com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos brancos: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Neste seguimento, foi eleito para representante das juntas de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil o senhor:

- *Aníbal Gomes Almeida Ceia*, Presidente da Junta de Freguesia de *Mioma*.

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

17. Eleição de um representante de cada Força Política e de um presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Trânsito, conforme o disposto nas alíneas e) e f), do artº 21º, do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Sátão.

Presidente da Assembleia: Na eleição de um representante de cada Força Política e de um presidente de junta de freguesia para integrar a Comissão Municipal de Trânsito, conforme o disposto nas alíneas e) e f), do artº 21º, do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Sátão, foi eleita a proposta conjunta com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos brancos: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Neste seguimento, foram eleitos como Representantes de cada Força Política para integrar a Comissão Municipal de Trânsito, conforme o disposto nas alíneas e) e f), do artº 21º, do Regulamento Municipal de Trânsito, os seguintes senhores:

- *Carina Celeste Alves Pinto* - PSD;
- *Alberto Francisco Silva* - PS;
- *José Mário Rodrigues Santos Sousa* - CH;
- *António Lopes Pina*, Presidente da Junta de Freguesia de *São Miguel de Vila Boa*.

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

18. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.

Presidente da Assembleia: Na eleição de um representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, foi deliberado, por unanimidade, que sempre que os assuntos digam respeito a uma determinada Freguesia, será convocado o respetivo Presidente da Junta.

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

19. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal da Educação, conforme o disposto na alínea d), do artº 5º, da Lei nº 41/2003, de 22 de agosto.

Presidente da Assembleia: Na eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal da Educação, conforme o disposto na alínea d), do artº 5º, da Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, foi eleita a proposta conjunta com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos brancos: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Neste seguimento, para integrar a Comissão Municipal da Educação, conforme o disposto na alínea d), do artº 5º, da Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, foi eleito o senhor:

- *João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador*, Presidente da Junta de Freguesia de *Silvã de Cima*.

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

20. Designação de dois representantes das Junta de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com a alínea b), do nº 3, do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, na redação atual.

Presidente da Assembleia: Na eleição de dois representantes das Junta de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com a alínea b), do nº 3, do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, na redação atual, foi eleita a proposta conjunta com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos brancos: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Neste seguimento, foram eleitos como representantes das Junta de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com a alínea b), do nº 3, do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, na redação atual, os seguintes senhores:

- *Marcelo Morgado Rodrigues*, Presidente da Junta de Freguesia de *Ferreira de Aves*,
e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

- *David Micael Mota Tavares*, Presidente da Junta da *União das Freguesias de Águas Boas e Forles*.

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

21. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, conforme o disposto na alínea d), do nº 2, do artº 154º, do Decreto-Lei nº 338/2001, de 26 de dezembro.

Presidente da Assembleia: Na eleição de um presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, conforme o disposto na alínea d), do nº 2, do artº 154º, do Decreto-Lei nº 338/2001, de 26 de dezembro, foi eleita a proposta conjunta com a seguinte votação:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Neste seguimento, foi eleito para integrar o Conselho Cinegético Municipal, o senhor:

- *David Micael Mota Tavares*, Presidente da Junta da *União das Freguesias de Águas Boas e Forles*.

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

22. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

23. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Sem menosprezar nem retirar a importância de cada um dos pontos, e como tem vindo a ser habitual, colocou os pontos vinte e dois e vinte e três à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: José Mário Sousa; Carlos Rodrigues.

José Mário Sousa: Referiu que a sua intervenção era no sentido de questionar o Sr. Presidente sobre o seguinte:

«• Como está o ponto de situação da diminuição do IMI para os Bombeiros?

• Como está a questão das medidas de incentivo ao voluntariado nos bombeiros que o executivo poderia por em vigor desde já, como a utilização de várias infraestruturas do município, tais como, ginásio, piscina e outros, uma vez que foi uma promessa do executivo?

• Em relação às medidas de mitigação dos incêndios rurais, gostava de saber se há alguma fiscalização e notificação a todos aqueles que não cumprem e não limpam as suas matas, principalmente nas áreas mais críticas: junto a habitações e estradas, e também em relação ao abate de árvores em situação de perigosidade.

• Está o executivo, ou não, na condição de assumir a abertura da Creche do Sátão no próximo ano letivo?»



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Carlos Rodrigues: Começou por dizer que no mandato anterior tinha apresentado uma proposta para elaboração de um Regulamento de atribuição de subsídios às Associações e Coletividade dos Concelho. Quanto a este tema perguntou se a dita proposta se mantinha em vigor ou se seria necessário reiterá-la. Depois, referiu que na Loja do Cidadão continuavam sem uma base de apoio, uma mesa, para que os munícipes possam preencher os documentos sem constrangimentos. Apelou ao Sr. Presidente que, se não fosse possível colocar algo igual ao mobiliário existente, que fosse lá colocada uma mesinha para desenrascar. Continuou dizendo que era importante que houvesse celeridade na resolução de certos problemas, tais como o arranjo do aquecimento na EB1, que esteve avariado alguns dias. Sobre a EB1 disse que tinha ouvido uns comentários de que algumas terapias eram ministradas numa casa de banho. Perguntou se tal situação era verdadeira e do conhecimento do executivo. Por fim referiu que deveria ter sido votado um voto de solidariedade para com a vítimas das tempestades que assolaram o nosso país. Neste sentido solicitou à mesa da Assembleia que, se fosse possível, fizesse esse voto de solidariedade e dele desse conhecimento aos concelhos afetados. Terminou chamando a atenção para o mau estado de algumas estradas do concelho, apelando ao Sr. Presidente da Câmara que intervenha no sentido de repor o pavimento, principalmente nas situações mais críticas, onde os buracos são maiores.

Presidente da Câmara: Começando por responder ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues, em relação às Estradas do Concelho, disse que em virtude das tempestades algumas situações pioraram e outras apareceram, mas já estavam a tratar desse assunto, tendo já iniciado os trabalhos de reposição do pavimento. Relativamente ao Regulamento de atribuição de subsídios à Associações e Coletividade do Concelho, informou que ainda não existia nenhum Regulamento. Mas a Câmara continuava a atribuir-lhe subsídios à medida que essas entidades os iam solicitando. A seu tempo se veria a elaboração desse Regulamento. A respeito da Loja do Cidadão informou que estavam encomendadas duas mesas. Aguardavam que fossem entregues. Relativamente à avaria no aquecimento da Escola EB1, o arranjo até nem demorou muito, nem uma semana estiveram se aquecimento, mas não podiam fazer nada uma vez que tinha que vir alguém especializado, pois a avaria tinha a ver com o gás. E nisto dos organismos públicos, a maior parte das coisas não são como se quer, mas como mandam as regras e os procedimentos. Quanto a terem atividades nas casas de banho, disse que não sabia, mas admitiu que poderia ser possível uma vez que a EB1 de Sátão estava praticamente lotada. No próximo ano letivo as coisas iriam mudar. Estava fora de questão fazer mais salas. A solução passava por os alunos residente na Freguesia de Ferreira de Aves, na União de Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa, e na Freguesia de São Miguel de Vila Boa ficarem nas EB1 das sua Freguesias em vez de virem para a EB1 de Sátão. Na EB1 de Sátão ficarão apenas os alunos da Freguesia de Sátão e os das Freguesias cujas Escolas foram encerradas. Respondendo ao Sr. Deputado José Mário, no que concerne aos Bombeiros a respeito da redução do IMI, disse que já encetou diligências junto da Autoridade Tributária no sentido de verem essa possibilidade. Aguarda resposta do Sr. Chefe de Finanças do Sátão, pois embora o IMI seja um imposto que reverte em 95% para o Município, a sua cobrança é efetuada pela Administração Central. Aproveitou estar a falar de um imposto para comunicar que, como se tinha comprometido em revelar ali o número de pagantes de IRS, informou que a resposta do Sr. Chefe de Finanças tinha sido que só dispunham desse número a nível Distrital. No entanto iria indagar a possibilidade de conseguir esse número a nível Concelhio. Voltando à resposta ao Sr. Deputado, quanto ao Ginásio disse que, segundo informações que lhe chegaram, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Bombeiros, se ainda não têm, iriam ter um Ginásio. Assim sendo não necessitavam do Ginásio Municipal. Em relação às Piscinas Municipais mencionou que iriam ver essa possibilidade, mas só para o próximo ano, pois, de momento, as Piscinas Municipais está com lotação esgotada. Quanto às medidas de mitigação no combate aos incêndios, referindo-se ao abate de árvores, disse tinham dois tipos de abates, um efetuado pelo ICNF e outro pelos particulares/proprietários. Em relação aos particulares, a Câmara não podia interferir. O que a Câmara tem feito e chamado à atenção é depois aos madeireiros pelo estado em que deixam os caminhos, apelando ao seu bom senso para comporem o que danificaram. No sentido de uma intervenção mais musculada, a Câmara está a elaborar um Regulamento de forma a obrigar os madeireiros a reporem o que danificaram. A respeito da abertura da creche comunicou que a Creche de Ferreira de Aves entraria em funcionamento no mês de março/2026, e a Creche de Sátão, em princípio, começará a funcionar em setembro/2026, isto é, no próximo ano letivo.

Presidente da Assembleia: Retomando a palavra, pegando na deixa do Sr. Deputado Carlos Rodrigues , a Assembleia Municipal fez o seguinte voto de solidariedade para com a vítimas das tempestades que assolaram o país, em especial às que foram atingidas pela tempestade *Kristin*, que devastou o distrito de Leiria, causando 8 mortes: *«É com espírito de profunda solidariedade e profundo pesar que a Assembleia Municipal de Sátão endereça sentidas condolências às famílias das vítimas atingidas direta ou indiretamente pela severa e extrema situação meteorológica que assolou o país, expressando, em simultâneo, palavras de compreensão, conforto e esperança aos milhares de portugueses que foram, e ainda estão, a ser afetados pela catástrofe natural que devastou o país, particularmente a Zona Centro.»*

Posto à votação, este voto de solidariedade foi aprovado por unanimidade. Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, pelas onze horas e trinta e dois minutos, agradecendo a todos a forma séria e civilizada como decorreram os trabalhos.

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

O 2º Secretário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Anexo I

TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE DE JOSÉ MÁRIO RODRIGUES SANTOS SOUSA COMO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre deste Concelho e na presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tomou posse no dia vinte e oito do mês de outubro do presente ano, para o quadriénio 2025-2029, compareceu o cidadão a seguir identificado:

- **José Mário Rodrigues Santos Sousa**

que, por Renúncia ao Mandato de Luiz Claudio Reis da Silva, irá por mim, Paulo Manuel Lopes dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal de Sátão, após verificada a respetiva identidade e legitimidade, constante em anexo ao presente termo de posse e que dele faz parte integrante, ser declarado investido nas suas funções.

Para constar e para os devidos efeitos, se lavrou o presente termo de posse e que vai ser assinada pelo cidadão ora investido como deputado desta Assembleia Municipal,

José Mário Rodrigues Santos Sousa

O Presidente da Assembleia Municipal,

Paulo Manuel Lopes dos Santos

